

Índice Alfabético e Remissivo

- ✓ da CLT.
- ✓ da Legislação pertinente.
- ✓ das Súmulas do STF, do STJ, do ex-TFR (atual STJ), do TST, das Orientações Jurisprudenciais do Pleno do TST, SDI-I, SDI-II, SDC e Precedentes Normativos do Tribunal Superior do Trabalho.
- ✓ das Ementas Normativas e Precedentes Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego e dos Dispositivos da CF/88 contidos neste volume.
- ✓ As disposições do Código Civil que têm pertinência com as relações de Trabalho foram também inseridas neste Índice com a menção “CC” a frente do título
- ✓ As disposições do Código do Processo Civil de 2015 (Lei n. 13.105, de 16.2.15) que têm pertinência com o processo do trabalho também foram inseridas neste Índice com a menção “CPC/15” a frente do título. Alertamos, no entanto, que haverá muita controvérsia sobre a aplicação ou não das normas do novo CPC no processo do trabalho em face do que dispõe o art. 15, do novo CPC e o art. 769 da CLT, de forma que só o tempo trará a necessária pacificação desejada por todos os operadores do direito. Duas Instruções Normativas do TST, as de n. 39 e 40, que estão inseridas nesta obra procuram sem exaurimento estabelecer as normas do CPC/2015 aplicáveis e não aplicáveis no processo do trabalho.
- ✓ A Lei n. 13.467, de 13.7.2017, que altera vários artigos da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, denominada Reforma Trabalhista, cujas normas irão vigorar depois de 120 dias da publicação da referida Lei. Houve também modificações nas Leis ns. 6.019, de 3.1.1974 (Trabalho Temporário e Terceirização), 8.036, de 11.5.1990 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS) e 8.212, de 24.7.1991 (Custeio da Previdência Social). Portanto, as novas regras passam a vigorar a partir de 11 de novembro de 2017, se não houver outra interpretação em contrário.
- ✓ Necessário se fez a publicação da MEDIDA PROVISÓRIA n. 808/2017, DE 14.11.17 (DOU 14.11.17, ED. EXTRA), na p. 904 eis que a mesma entrou em vigor a partir de 11.11.2017 e encerrando o seu prazo de vigência em 23.4.2018, por intermédio do ATO DECLARATÓRIO do CN n. 22/2018, DOU de 25.4.18. Portanto, teve plena vigência durante o período de 14.11.2017 a 23.04.2018, já que não houve a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional, na forma dos §§ 3º e 11 da Constituição Federal. Transcrevemos abaixo, os dois parágrafos do art. 62, da CF, para melhor compreensão do que falamos:

“§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela EC n. 32, de 11.09.01, DOU 12.09.01)”

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído pela EC n. 32, de 11.09.01, DOU 12.09.01)”

Está incluso também à p. 736 a INSTRUÇÃO NORMATIVA n. 41, do TST, de 21.6.18, que dispõe sobre as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, com as alterações da Lei n. 13.467, de 13.7.2017, e sua aplicação ao processo do trabalho.

(Obs.: no tocante à ação rescisória e mandado de segurança, ter presente também o índice das Orientações Jurisprudenciais da SDI-2 constante da p. 1157)

IDENTIFICAÇÃO

SÚMULAS DO TST

ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DA SDI DO TST = OJ-SDI-1

ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DA SDI-1(T) — OJ-SDI-1 (TRANSITÓRIAS)

ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DA SDI DO TST = OJ-SDI-2

ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DA SDC DO TST = OJ-SDC

PRECEDENTE NORMATIVO DO TST = PN-TST

CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA

GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO = CPCGJT

CÓDIGO CIVIL = CC

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL = CPC

A

ABANDONO DE EMPREGO

- decadência — O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço — Súmula TST n. 62 — TST
- justa causa — art. 482, “i” — CLT — A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória — Súmula n. 73 — TST

— presunção — Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer — Súmula TST n. 32

ABASTECIMENTO

— adicional de periculosidade — permanência a bordo durante o abastecimento da aeronave — indevido — Súmula n. 447 — TST

ABERTURA NOS PISOS

— os pisos dos locais de trabalho não deverão apresentar saliências nem depressão que prejudiquem a circulação de pessoa e a movimentação de mercadorias — art. 172 — CLT

- proteção — art. 173 — CLT
- segurança e higiene do trabalho — art. 173 — CLT

ABONO

- integração salarial — art. 457, § 1º — CLT
- pecuniário de férias — arts. 143 a 145 — CLT
- comissionista puro — Lei n. 8.178/1991 — OJ-SDI-1 Transitória n. 45 — TST
- de férias instituído por instrumento normativo e terço constitucional — idêntica natureza jurídica — simultaneidade — OJ-SDI-1 Transitória n. 50 — TST
- Servita — bonificação de assiduidade e produtividade pagas semanalmente — repercussão no repouso semanal remunerado — OJ-SDI-1 Transitória n. 5 — TST

ABONO DE FALTAS

- acidente do trabalho — faltas — duração de férias — cálculo da gratificação natalina — Súmula n. 46 — TST
- ausência motivada por doença — percepção do salário-enfermidade — atestado médico — ordem preferencial estabelecida em lei — repouso semanal remunerado — Súmula n. 15 — TST
- comparecimento como parte à Justiça do Trabalho — Súmula n. 155 — TST
- justificadas por lei — descontos — não incidência — férias — Súmula n. 89 — TST
- para levar filho menor ao médico — PN n. 095 — TST
- serviço médico da empresa ou mantido por convênio — abono dos primeiros 15 dias — Súmula n. 282 — TST
- v. arts. 131 e 473 — CLT

ABONO ANUAL PREVIDENCIÁRIO

- direito — Decreto n. 3.048/1999 — art. 120

ABONO PECUNIÁRIO

- abono previsto em norma coletiva — natureza indenizatória — concessão apenas aos empregados em atividade — extensão aos inativos — impossibilidade — OJ-SDI-1 n. 346
- ação rescisória — imposto de renda — incidência — desligamento incentivado — Súmula n. 83 — violação de lei — OJ-SDI-2 n. 19
- férias coletivas — art. 143, § 2º — CLT
- período de férias — art. 143 — CLT

ABORTO

- ausência de empregada ao serviço — art. 131 — CLT
- comprovação por atestado médico oficial — art. 395 — CLT
- não criminoso — repouso remunerado de das semanas — art. 395 — CLT
- salário-maternidade — Decreto n. 3.048/1999 — art. 93, § 5º

ABREUGRAFIA

- exame médico do empregado — art. 168, § 1º parte final — CLT
- periodicidade ou renovação — art. 168, § 3º parte final — CLT

ABRIGO

- empregado rural — no local de trabalho — PN n. 108 — TST

ABUSO DE AUTORIDADE

- Lei n. 13.869 — crime cometido por agente público, p. 793
- sujeito do crime — art. 2º
- tipos penais — art. 9º

ABUSO DE PODER ECONÔMICO

- art. 173, § 4º — CF

AÇÃO

- cobrança judicial de contribuição sindical — art. 606 — CLT
- cobrança judicial de multas administrativas — art. 642 — CLT
- cumprimento das decisões — art. 872, parágrafo único — CLT
- cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer — art. 84 — CDC e Lei n. 7.347/1985 — art. 3º
- declaratória — art. 11
- defesa do consumidor — art. 83 — CDC
- desistência — art. 841, § 3º
- fiscal — art. 627-A
- petição inicial — art. 841 — CLT

- regressiva contra subempreiteiro — art. 455 — CLT
- regresso; ajuizamento — art. 88 — CDC
- rescisória — arts 678, I, c, 2 e 836 — CLT
- responsabilidade por danos morais e patrimoniais — Lei n. 7.347/1985 — art. 1º

AÇÃO ACIDENTÁRIA DO TRABALHO

- competência — art. 643, § 2º — CLT — Súmula n. 15 do STJ
- Súmulas ns. 234, 238 e 240 — STF
- acidente — honorários de advogado — Súmula n. 234 — STF
- acidente — multa moratória — Súmula n. 238 — STF
- acidente — recurso — depósito — Súmula n. 240 — STF

AÇÃO ANULATÓRIA

- ação anulatória — cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho — sindicatos — litisconsortes necessários — ação individual ou coletiva: CLT, art. 611-A, § 5º
- arrematação — conceito e utilização — arts. 902 e 903 — CPC/15
- atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados — ação de anulação — art. 966, § 4º — CPC/15
- auto de infração — Súmula Vinculante n. 28 — STF
- auto de infração — Lei n. 6.830/1980 — art. 38
- cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho — procedência — cláusula compensatória — esta igualmente anulada, sem repetição de indébito — art. 611-A, § 4º — CLT
- competência originária — OJ-SDI-2 n. 129 — STF
- débito fiscal — depósito prévio, guia de recolhimento — Instrução Normativa do TST n. 34, de 16.11.09
- legitimação — MPT — LC n. 73/1993 — art. 83, IV
- julgamento — art. 77, I, “c”, II, “b” — RITST
- previsão legal — art. 966, § 4º — CPC
- recurso ordinário art. 245, parágrafo único, I — RITST
- sindicato — art. 611-A, § 5º — CLT — IN n. 41/2018 — TST, p. 736

AÇÃO CAUTELAR

- ação rescisória — ação cautelar para suspender execução da decisão rescindenda — pendência de trânsito em julgado da ação rescisória principal — efeitos — OJ-SDI-2 n. 131 — TST
- ação rescisória — cautelar incidental — planos econômicos — CPC, art. 485, V — CF/88, art. 5º, XXXVI — OJ-SDI-2 n. 1 — TST
- ação rescisória — pedido de antecipação de tutela recebido como medida acautelatória — entidade pública — Medida Provisória n. 1.906 e reedições — OJ-SDI-2 n. 3 — TST
- ação rescisória — pedido de antecipação de tutela — recebimento como medida acautelatória — Súmula n. 405, II — TST
- ação rescisória — suspensão de execução — juntada de documento indispensável — possibilidade de êxito na rescisão do julgado — OJ-SDI-2 n. 76 — TST
- ajuizamento — Lei n. 7.347/1985 — art. 4º
- deferimento de reintegração em ação cautelar — mandado de segurança — cabimento — OJ-SDI-2 n. 63 — TST
- *jus postulandi* na Justiça do Trabalho — alcance — Súmula n. 425 — TST
- legitimados — Lei n. 7.347/1985 — art. 5º
- proposta sob a vigência do CPC/1973. Suspender execução. Juntada de documento indispensável. Possibilidade de êxito na rescisão do julgado (atualizada em decorrência do CPC de 2015) — OJ-SDI-2 n. 76
- recurso ordinário — decisão regional proferida em agravo regimental contra liminar em ação cautelar ou em mandado de segurança — incabível — OJ-SDI-2 n. 100 — TST
- V. medidas cautelares

AÇÃO CIVIL

- Iniciativa do Ministério Público — Lei n. 7.347/1985 — art. 6º
- objeto — Lei n. 7.347/1985 — art. 3º
- propositura — Lei n. 7.347/1985 — art. 7º

AÇÃO CIVIL COLETIVA DE RESPONSABILIDADE

- ajuizamento pelo Ministério Público — art. 92 — CDC
- proposição — art. 91 — CDC

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

- competência. Local do dano. Lei n. 7.347/1985, art. 2º. Código de Defesa do Consumidor, art. 93 (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) OJ SDI-2 130

- continência — reunião na Justiça Federal — Súmula n. 489 — STJ
- direitos transindividuais — art. 81 — CDC
- legitimidade — Lei n. 7.347/1985 — art. 5º
- litispendência — art. 104 — CDC
- mandado de segurança — liminar concedida em ação civil pública — cabimento — OJ-SDI-2 n. 58 — TST
- mandado de segurança — liminar em ação civil pública — sentença de mérito superveniente — perda de objeto — OJ-SDI-2 n. 139 — TST
- promoção pelo Ministério Público — art. 129, III — CF

AÇÃO COLETIVA

- apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações das categorias — OJ SDC n. 32
- coisa julgada — art. 103 — CDC
- concurso de créditos — art. 99 — CDC
- custas e emolumentos — art. 87 — CDC
- defesa de interesses individuais homogêneos — arts. 91 a 100 — CDC
- defesa de interesses individuais homogêneos; justiça competente — art. 93 — CDC
- direitos transindividuais — art. 81 — CDC
- julgamento — poder normativo constitucional — Súmula n. 190 — TST
- legitimidade — art. 82 — CDC
- litigância de má-fé, condenação solidária — art. 87, parágrafo único — CDC
- litispendência — art. 104 — CDC
- procedência do pedido; condenação genérica — art. 95 — CDC
- Resolução CNJ n. 76/2020
- sentença — art. 103 — CDC
- sentença; liquidação e execução — arts. 97 e 98 — CDC

AÇÃO CONDENATÓRIA

- art. 98, § 2º, I e II — CDC
- prescrição — marco inicial — trânsito em julgado da ação declaratória com mesma causa de pedir remota ajuizada antes da extinção do contrato de trabalho — OJ-SDI-1 n. 401 — TST

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

- aplicação do procedimento do resgate de aforamento — art. 549 — CPC
- consignação no lugar do pagamento — art. 540 — CPC
- contestação — art. 544 — CPC
- devedor ou terceiro — art. 539 — CPC
- depósito — art. 545, §§ 1º e 2º — CPC
- disciplina legal — arts. 539 a 549 — CPC
- extinção da obrigação — art. 546, parágrafo único — CPC
- extinção sem resolução do mérito — art. 542, parágrafo único — CPC
- insuficiência do depósito — art. 545, §§ 1º e 2º — CPC
- legitimidade — arts. 547 e 548 — CPC
- petição inicial — depósito da quantia ou da coisa certa — art. 542 — CPC
- procedência do pedido — art. 546 — CPC

AÇÃO DE CUMPRIMENTO

- ação rescisória — art. 966, IV, do CPC
- ação rescisória — pedido de antecipação de tutela recebido como medida cautelar — entidade pública — Medida Provisória n. 1.906 e reedições — OJ-SDI-2 n. 3 — TST
- amparo legal — art. 872 — CLT
- audiência — representação dos empregados pelo sindicato — art. 843 — CLT
- coisa julgada — sentença condenatória — OJ SDI-I n. 277 — TST
- competência — Lei n. 8.984/1995, p. 316
- falta de interesse de agir para a ação individual — OJ SDI-I n. 188 — TST
- legitimidade sindical — observância de acordo ou convenção coletiva — Súmula n. 286 — TST
- ofensa à coisa julgada emanada de sentença normativa modificada em grau de recurso — Súmula n. 397 — TST
- prescrição — marco inicial — ação condenatória — trânsito em julgado da ação declaratória com mesma causa de pedir remota ajuizada antes da extinção do contrato de trabalho — OJ-SDI-1 n. 401 — TST
- prescrição — termo inicial — sentença normativa — Súmula n. 350 — TST
- trânsito em julgado da sentença normativa — Súmula n. 246 — TST
- transitada em julgado a sentença condenatória. Coisa julgada. Não configuração — OJ-SDI-I n. 277 — TST

AÇÃO DECLARATÓRIA

- ação condenatória — OJ SDI-I n. 401 — TST

- art. 21, art. 41, XXVII — RITST
- complementação de aposentadoria — OJ-SDI-I n. 276 — TST
- interesse — art. 19 — CPC
- reconvenção — admissibilidade — Súmula n. 258 — STF
- não aplicação às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social — art. 11, § 1º — CLT
- prescrição — art. 11, § 1º — CLT
- recurso ordinário — art. 245, III — RITST
- tempo de serviço — previdência — Súmula n. 242 — STJ

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

- competência para propor — art. 103 — CF
- de lei ou ato normativo federal — eficácia — art. 102, § 2º — CF
- de lei ou ato normativo federal — processo e julgamento — art. 102, I, a — CF

AÇÃO DE EXECUÇÃO

- competência — arts. 46, § 2º, 781 e 782 — CPC
- disposições gerais — arts. 771 a 777
- partes — arts. 778 a 780
- requisitos — arts. 783 a 788
- responsabilidade patrimonial — arts. 789 a 796 — CPC

AÇÃO FISCAL

- do procedimento especial — IN MTP n. 2, de 08.11.21 — arts. 145 a 157
- dos procedimentos de apreensão, guarda e devolução de materiais, livros, papéis, arquivos, documentos e assemelhados — IN MTP n. 2, de 08.11.21 — arts. 187 a 197

AÇÃO DE HABEAS CORPUS

- gratuidade — art. 5º, LXXVII — CF

AÇÃO DE HABEAS DATA

- gratuidade — art. 5º, LXXVII — CF

AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

- apreciação do STF — art. 103, § 3º — CF
- competência — art. 102, I, a — CF
- declaração — art. 103, § 2º — CF
- proposição — art. 103 — CF

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO

- art. 103, § 2º — CDC

AÇÃO DE REGRESSO

- art. 88 — CDC

AÇÃO DE RESPONSABILIDADE

- Lei n. 7.347/1985**
- aplicação do CPC — art. 19
- concessão de mandado liminar — art. 12
- custas — art. 18
- danos morais e patrimoniais
- foro competente — art. 2º
- inexistência de fundamento — art. 9º
- inquérito civil — art. 8º, § 1º
- instrução na inicial — art. 8º
- instrução da inicial; sigilo — art. 8º, § 2º
- litigância de má-fé — art. 17
- omissão de informação de dados técnicos — art. 10
- recurso; efeito suspensivo — art. 14
- sentença civil — art. 16
- sentença condenatória — art. 15

AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR DE PRODUTOS E SERVIÇOS

- foro competente — art. 101, I — CDC
- ingresso no feito — art. 102, § 2º — CDC
- legitimados — art. 102 — CDC
- normas de procedimento — art. 101 — CDC
- réu; chamamento a lide do segurador — art. 101, II — CDC
- réu; falido — art. 101, II — CDC